

Transcorridos quase 150 anos do final da Guerra do Paraguai, ainda se polemiza sobre seu custo humano e suas consequências. A versão mais conhecida para as perdas humanas, revisionista, é a de que o Paraguai contava, antes do conflito, com população entre 800 mil e 1.337.439 pessoas, sendo este o número oficial do censo realizado em 1857. Em 1886, porém, um novo censo registrou 236.751 habitantes. Comparando esses números, autores revisionistas apontam que as perdas paraguaias na guerra alcançaram mais de 70% da população e, nesta, a mortandade masculina teria atingido cerca de 99%.²³¹

Em 1869, ao visitar o Paraguai, Richard Francis Burton discutiu os diferentes números de habitantes dados para o país no pré-guerra. Concluiu que a população paraguaia, ao iniciar-se o conflito, era de, no máximo, 400 mil a 450 mil pessoas. Destas, 110 mil seriam combatentes com idade entre quinze e cinquenta anos e, possivelmente, 150 mil entre doze e sessenta anos. Em 1869, escreveu, a população masculina estava "quase destruída ou deportada", restando, portanto, uma população de 200 mil mulheres e crianças.²³² Burton não diferenciou, porém, os mortos em combate, uma minoria, daqueles que constituíram a maioria dos mortos, os quais morreram devido à fome, doenças ou exaustão decorrente da marcha forçada de civis para o interior, ordenada por Solano López.²³³ Também não considerou, talvez por desconhecimento, que já antes da guerra havia número consideravelmente maior de mulheres do que de homens nas cidades. De todo modo, a guerra causou maior mortandade entre os homens, aumentando o desequilíbrio demográfico do Paraguai.

Em 1988, a historiadora norte-americana Vera Blinn Reber publicou um estudo em que considerava inaceitáveis tais números, pois, para a população paraguaia alcançar 1,3 milhão de pessoas, seria necessário um crescimento demográfico anual de 17%, visto ter o censo de 1846 registrado 250 mil habitantes. Com o uso de metodologia da história demográfica, baseada nas taxas históricas de crescimento populacional paraguaio — e por estas o período entre 1846 e 1864 deve ter números anuais entre 1,8% e 2,2% —, e, ao compará-lo com o restante da América Latina, essa estudiosa conclui que o Paraguai tinha, por ocasião do início da guerra, entre 285.715 e 318.144 habitantes. Para ela as perdas totais do país em decorrência do conflito contra a Tríplice Aliança foram prova-

velmente de 8,7%, porcentagem assim composta: 5% em combate; 2,5% de civis mortos devido a fatores relacionados à luta (doenças, migrações...) e 1,2% de cidadãos paraguaios que migraram para países vizinhos ou que viviam em territórios reconhecidos, na década de 1870, como pertencentes à Argentina e ao Império. Reber afirma que, ao se exagerar ao máximo possível os números de cada um desses itens, as perdas paraguaias alcançariam o número de 18,5% da população.²³⁴ Pelas pesquisas de Reber, o número de mortos paraguaios na guerra estaria entre o mínimo de 24.286 e o máximo de 58.857 cidadãos.

Um novo estudo sobre o assunto, publicado em 1999 pelos historiadores Thomas L. Whigham e Barbara Pothast, questiona as conclusões de Vera Blinn Reber. Os dois autores discordam do cálculo feito por Reber da taxa anual de crescimento para o período de 1846-64, inferior ao de 1792-1846, quando não haveria motivo para essa queda. Por esse novo estudo, o Paraguai tinha entre 420 mil e 450 mil habitantes antes da guerra. Recentemente foi descoberto o resultado de um censo realizado em 1870, por ordem do governo provisório paraguaio, até então desconhecido. Juizes de paz e chefes políticos de todas as localidades do país tiveram que enviar para os novos governantes paraguaios o número de pessoas que viviam em cidades e distritos sob sua jurisdição. O resultado registrado é de 116.351 pessoas (2/3 de mulheres), mas, projetando cálculos para localidades que deixaram de enviar informações para Assunção, esses autores acreditam que a população paraguaia em 1870 variaria entre 141.351 e 166.351 pessoas. Portanto, teria havido uma redução de 60% a 69% da população com a guerra.²³⁵

O censo de 1870 deve, porém, ser visto com cautela. O governo provisório paraguaio carecia de estrutura administrativa para organizá-lo e os juizes de paz e chefes políticos provavelmente não dispunham de condições para executá-lo. Nessa época, o Paraguai carecia de estradas e tinha uma densa vegetação, habitada por animais selvagens, e havia onças a poucos quilômetros do centro de Assunção. Nessas condições, é bastante provável que haja razoável margem de erro dos dados estatísticos levantados em 1870. Ademais, também carecem de exatidão os números sobre a grande migração para a Argentina e, em menor grau, para Mato Grosso, de paraguaios fugindo da miséria. Esses migrantes eram homens adultos, o que veio a contribuir, embora o principal fator seja a mortandade durante a guerra, para a escassez da população masculina após o fim

do conflito. Portanto, é possível que o número real da população paraguaia fosse maior do que o estimado pelo censo de 1870, embora permaneça alto o percentual da redução do número de habitantes do Paraguai.

O Brasil levou à guerra em torno de 139 mil homens,²⁶ de um total de pouco mais de 9 milhões de habitantes, ou seja, cerca de 1,5% da população. A origem conhecida dos efetivos, sem incluir o Exército profissional e os efetivos da Marinha, por região, foram:²⁷

REGIÃO	VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA	GUARDA NACIONAL	RECRUTAMENTO B ESCRAVOS LIBERTOS	TOTAL	%
Norte	2451	1725	356	4532	3,68
Nordeste	15 512	8855	2179	26 546	21,57
Leste	25 147	12 255	4417	41 819	33,97
Sul	9740	32 652	1474	43 864	35,63
Centro-Oeste	1692	4182	63	5937	4,82
Montevideú	450	—	—	450	0,35
TOTAIS	54992	59669	8489	123 148	100

El centenario de la epopeya



Hoy, amable lector, se cumplen 100 años del paso a la inmortalidad y a la gloria del mariscal Francisco Solano López. Su muerte marcó el fin de la sangrienta guerra que dejó regados por todo el territorio patrio los cadáveres de un millón de compatriotas.

Y hoy, a las 11:30, como homenaje de reconocimiento a aquellos que ofrendaron sus vidas por darnos una patria libre, el Paraguay detendrá su marcha y todos guardaremos un minuto de silencio elevando a Dios una oración por el eterno descanso de las almas de esos valientes. (Domingo 1 de marzo de 1970)

FALSIFICANDO A HISTÓRIA

Na edição de 1º de março de 1970, no centenário da morte de Solano López, o jornal paraguaio *Noticias* afirma que o Paraguai teve 1 milhão de mortos na guerra. No entanto, o país contava, em 1864, no máximo com 450 mil habitantes.

A contribuição de cada província do Império, em Voluntários e Guardas Nacionais, foi, por ordem absoluta.²³⁸

PROVÍNCIA	VOLUNTÁRIOS E GUARDAS NACIONAIS
1. Rio Grande do Sul	33 803
2. Bahia	15 197
3. Município Neutro (Corte)	11 461
4. Rio de Janeiro	7 851
5. Pernambuco	7 136
6. São Paulo	6 504
7. Ceará	5 648
8. Mato Grosso	5 511 (tropas permaneceu na defesa da província)
9. Maranhão	4 536
10. Minas Gerais	4 090
11. Pará	3 827
12. Piauí	2 805
13. Alagoas	2 656
14. Paraíba	2 454
15. Sergipe	2 254
16. Paraná	2 020
17. Santa Catarina	1 537
18. Rio Grande do Norte	1 311
19. Espírito Santo	966
20. Amazonas	705
21. Goiás	426
SUBTOTAL	122 698
Montevideu	450
TOTAL	123 148

No período entre o início da guerra e até 18 de agosto de 1869 o número oficial de perdas, dado pelo governo imperial em 1870, foi de 23 917 soldados, dos quais 4 332 mortos, 18 597 feridos e 988 desaparecidos. Para o general Tasso Frago, esses números são inaceitavelmente baixos, enquanto a *História do Exér-*

cito brasileiro, publicada um século depois, em 1972, pelo Estado-Maior do Exército, afirma que 33 mil brasileiros morreram no Paraguai. Dionísio Cerqueira vai mais longe e afirma, em evidente exagero, que morreram no Paraguai 100 mil brasileiros. Vera Blinn Reber, após ressaltar não ter estudado detalhadamente a questão, acredita ser exagerado o número de 100 mil brasileiros enviados à guerra e questiona o fato de que a mortandade tenha sido alta.²³⁹ As memórias e cartas dos combatentes de diferentes nacionalidades, as notícias em jornais da época, bem como a duração e as condições da guerra e o número de soldados que o Império enviou para nela lutarem, são elementos que permitem concluir ser mais provável o número de 50 mil mortos brasileiros, citado pelo visconde de Ouro Preto, e de mil inválidos.²⁴⁰

Embora traumática, a guerra foi o ápice da "obra de unificação" do Brasil, ao conjugar energias de todo o país para vencê-la.²⁴¹ No início do conflito, voluntários se apresentaram em todas as regiões do país; o imperador teve sua imagem fortalecida e o hino nacional e a bandeira foram incorporados ao cotidiano dos grandes centros urbanos, por meio de festejos cívicos, nas comemorações de vitórias ou nas cerimônias da partida das tropas. Enfim, tornou-se fator de fortalecimento da identidade nacional brasileira a existência do inimigo que, segundo o discurso da época, era apenas Solano López, pois também o povo paraguaio era vítima deste. No Sul, o Rio Grande, província vista como problemática pelo governo central brasileiro, não só incorporou-se ao esforço nacional com sua cavalaria, como foi, talvez, a província mais beneficiada financeiramente, graças ao fornecimento de suprimentos para o teatro de guerra. Outra consequência da guerra foi que o Paraguai deixou de representar uma ameaça em relação a Mato Grosso e, ao ser derrotado, teve que aceitar os limites que o Império pleiteava, bem como garantir a livre navegação de seus rios internacionais pelas embarcações brasileiras.

No aspecto financeiro, há duas estimativas diferentes acerca do custo do conflito para o Brasil. A primeira, elaborada pela comissão do Ministério da Fazenda encarregada de estipular as compensações de guerra a serem pagas pelo Paraguai, indicou a quantia de 460 718 contos de réis. Esse montante foi estabelecido por motivos diplomáticos, para não sobrecarregar as finanças do país vendido, ainda que nominalmente, pois não havia a intenção do governo imperial de cobrar a dívida. O Tesouro Real indicou um gasto de 614 mil contos de réis, provindos das seguintes fontes:

MILHARES DE CONTOS DE RÉIS

Empréstimo estrangeiro	49
Empréstimo interno	27
Emissão de dinheiro	102
Emissão de títulos	171
Imposto	265
TOTAL	614

Para se ter uma idéia da magnitude desses gastos, basta comparar com o orçamento do Império para 1864, que era de 57 mil contos de réis.²⁴² Os gastos com o Ministério da Guerra, no orçamento do Império, saltaram de 21,94%, em 1864, para o auge de 49,56% em 1865 e, nos demais anos, mantiveram-se porcentagens acima de 41%.²⁴³ O conflito custou, pois, ao Brasil, quase onze anos do orçamento público anual, em valores de pré-guerra, o que permite compreender melhor o persistente “déficit” público nas décadas de 1870 e 1880. Também chama a atenção, nos números sobre as fontes dos recursos gastos na luta, a participação proporcionalmente pequena de empréstimos externos.

Quanto aos aliados, da força uruguaia de 5583 homens — parte composta de estrangeiros — que iniciaram a guerra, morreram 3120 no decorrer do conflito.²⁴⁴ No Uruguai, como no interior argentino, a guerra não foi popular e os *blancos* simpatizavam com a causa paraguaia. O envolvimento no conflito não pôs fim à tensão política interna no Uruguai, tanto que, em fevereiro de 1868, Venancio Flores foi assassinado em uma rua de Montevideú.

A Argentina perdeu, entre mortos e feridos, cerca de 18 mil homens;²⁴⁵ dos pouco menos de 30 mil soldados que enviou para a guerra. Na política interna, à medida que a guerra contra Solano López se prolongava, aumentou o número de opositores à política de Bartolomé Mitre quanto à questão. Mitre, tal qual Pedro II, manteve-se firme na decisão de levar a guerra até o fim, ao afirmar, em sua mensagem ao Senado, em 1.º de maio de 1868:

Essa guerra que não buscamos, que não desejávamos [...] era inevitável devido à natureza do poder despótico e irresponsável do governo do Paraguai, que consti-

tuía uma ameaça perpétua de seus vizinhos devido à concentração de elementos militares em seu território, militarizando, em massa, sua população para perturbar nossa paz, fomentando nossas divisões [políticas]; devido às questões econômicas referentes à liberdade de navegação dos rios e do comércio, originadas de sua política restritiva e exclusivista; e, finalmente, pela reivindicação de nossos limites legítimos e naturais [...].²⁴⁶

A guerra realimentou a oposição federalista interna e contribuiu para o surgimento de diferentes rebeliões contra o governo nacional, o qual, ao conseguir reprimi-las, se fortaleceu e se legitimou. De modo paradoxal, porém, o presidente Mitre, que se manteve intransigente em continuar a guerra e sufocar as rebeliões, embora vitorioso com as armas, saiu derrotado politicamente, ao assistir à vitória de um opositor, Domingo Faustino Sarmiento, na eleição presidencial de 1868.

No plano econômico, a Guerra do Paraguai foi benéfica à atividade pecuária argentina, enriquecendo alguns criadores, que se tornaram fornecedores de carne, couros e cavalos para as tropas aliadas. Os preços dos couros, por exemplo, subiram de 12,7 pesos em 1865 para mais de dezesseite pesos em 1870. Entre os maiores beneficiados estava Urquiza, que acumulou uma riqueza composta de 600 mil cabeças de gado, 500 mil ovelhas, 20 mil cavalos e mais de dois milhões de acres de terra. A guerra deu impulso à produção de trigo e milho nas novas colônias agrícolas de Santa Fé e Entre Ríos. Comerciantes de Buenos Aires enriqueceram com o ouro brasileiro que chegou à cidade como pagamento de fornecimentos ao Exército imperial, e o governo argentino aproveitou para cobrar impostos de mercadorias em trânsito do Brasil para o Paraguai. Os ganhos financeiros dos aliados políticos de Mitre com a guerra levaram o mitrista a ser apelidado de “Partido dos Fornecedores”.²⁴⁷

No plano regional, terminada a guerra, a política externa do governo imperial, exercido pelo Partido Conservador, atuou de forma a evitar que a Argentina se apossasse de todo o Chaco, como estava determinado no Tratado da Tríplice Aliança. Os governantes conservadores buscavam, com isso, evitar a ampliação da fronteira argentino-brasileira, pois consideravam que, em algum momento, haveria uma guerra entre os dois países. O governo do presidente Sarmiento, por sua vez, temia pretensões expansionistas do Império em relação ao país guarani. Por esse motivo, o chanceler argentino Mariano Varela decla-

rou, em dezembro de 1869, que a vitória militar não dava direitos às nações vencedoras de imporem ao Paraguai a definição de fronteiras.²⁴⁸

A diplomacia imperial orientou, na prática, entre 1870 e 1876, a política externa dos débeis governos paraguaios para resistir à pretensão argentina sobre o Chaco. Para os governantes brasileiros nesse período, todos conservadores, a situação política interna do Paraguai era elemento definidor do futuro do país como Estado independente. Sua existência estaria tanto mais ameaçada quanto maior fosse a instabilidade política interna, bem como mais se fizesse presente a influência de cidadãos argentinos residentes em Assunção, comerciantes e militares, sobre o governo paraguaio. Por essa perspectiva, um ou outro fator, ou a conjunção dos dois, poderia criar as condições para a anexação do país, desejada por Buenos Aires. A melhor forma de combater essa ameaça era a estabilidade política interna guarani, por meio do fortalecimento das instituições e do poder central, bem como do impedimento da ascensão à presidência de um político paraguaio que tivesse ligações com interesses argentinos. O Império agiu em relação ao Paraguai tendo em vista tais objetivos, e para isso utilizou-se da diplomacia, e respaldou-a com a demonstração de estar disposto a recorrer à ação militar em caso de fracasso daquela. Entre 1869 e 1876, o Paraguai foi praticamente um protetorado do Império.

Na Argentina, a declaração de Varela, ministro das Relações Exteriores, de que a vitória militar não dava direitos ao vencedor sobre o vencido sofreu oposição e protestos dos liberais mitristas. Diante da repercussão negativa de sua política externa, Sarmiento convidou Bartolomé Mitre para expor suas opiniões a todo o Ministério argentino. Nessa ocasião, o ex-presidente afirmou que o governo argentino não podia manter o princípio de que a vitória não dava direitos, quando para reafirmar esses direitos comprometera o país em uma guerra. Após ouvir a exposição, Sarmiento anunciou a Mitre que se dispunha a retificar sua política em relação ao Paraguai, o que levou à renúncia de Varela em 15 de agosto de 1870. Para substituí-lo foi nomeado Carlos Tejedor, que passou a pleitear a posse de todos os territórios que foram destinados à Argentina pelo Tratado da Tríplice Aliança, independentemente de títulos de posse. Ao ater-se ao que determinava o documento de aliança, o de que a paz fosse assinada em conjunto pelos países aliados, Tejedor dificultou ao Brasil a assinatura da paz com o Paraguai.²⁴⁹

Compendo com a determinação do Tratado da Tríplice Aliança, o Império,

representado pelo barão de Cotegipe, assinou a paz com o Paraguai, em Assunção, em janeiro de 1872. Estabeleceu-se a fronteira entre os dois países no rio Apa e o governo imperial desconsiderou o rio Iguaré marco fronteiro, como constava no Tratado. Assim, decidiu-se que toda a margem direita do rio Paraná, de Sete Quedas para baixo, pertencesse ao Paraguai e desse ponto para cima fosse do Brasil. A fronteira brasileiro-paraguaia, definida em 1872, era a que Paranhos propusera a Carlos López na década de 1850 e que Portugal disputara com a Espanha no século XVIII.

O Tratado da Tríplice Aliança também determinava que, finda a guerra, o Paraguai, por ter sido o país agressor, pagaria todos os gastos com o conflito que os aliados tivessem tido. De fato, na paz assinada pelo barão de Cotegipe o governo paraguaio reconhecia ter uma dívida de guerra para com o Estado brasileiro, pelos gastos deste, e com os cidadãos brasileiros, pelos danos causados às suas propriedades por ocasião da invasão do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. Em reunião com o presidente paraguaio Salvador Jovellanos, na presença de ministros e de membros do Congresso, Cotegipe teria garantido que o pagamento dos gastos de guerra e indenizações a particulares pelo Paraguai, cujo montante ainda seria calculado, era uma estipulação apenas formal e não seria cobrada.²⁵⁰

O governo imperial reduziu, intencionalmente, a indenização de guerra a ser cobrada do Paraguai. Uma comissão do Ministério da Fazenda, estabelecida para esse fim, estipulou o custo monetário total do conflito, para o Estado brasileiro, a ser pago pelo Paraguai, em 460 718 contos de réis, enquanto a estimativa do Tesouro, correta, indicava despesas de pouco mais de 614 mil contos de réis.²⁵¹ Essa dívida não foi cobrada mas também não foi cancelada nas décadas seguintes, pois, como explicou o barão do Rio Branco muitos anos depois, ela era uma garantia da independência do Paraguai, já que intimidava a Argentina de tentar anexá-lo. Em caso de anexação, Buenos Aires teria que responsabilizar-se por esse débito de guerra.²⁵² A dívida foi perdoada somente por Getúlio Vargas, no início dos anos de 1940, como resposta a idêntica iniciativa da Argentina.

Na Argentina, generalizaram-se críticas à paz assinada separadamente por brasileiros e paraguaios. Os tratados firmados em Assunção, mais que um protetorado brasileiro sobre o país guarani, significaram “uma aliança dos vencedores com o vencido”, afirmou o tradicional defensor da amizade argentina para com o Império, o jornal *La Nación*, pertencente a Bartolomé Mitre. Outros

dois jornais, *El Nacional* e *La Tribuna*, coincidiram em classificar a política brasileira de "pérfida e desleal".²⁵⁷ O próprio presidente Sarmiento escreveu ao representante argentino em Washington expressando que a paz assinada por Cotegipe "nos levará inevitavelmente à guerra ou a deixar o Paraguai província brasileira" e, se essa última possibilidade se concretizasse, depois não tardariam a ter tal destino também "a Banda Oriental [*sic!*], Entre Ríos e Corrientes". Segundo noticiou o jornal carioca *A Reforma*, de oposição, também o visconde do Rio Branco, a essa altura chefe do governo brasileiro, acreditava ser iminente um conflito com a Argentina, conforme opinião que externara em reunião no Ministério da Agricultura.²⁵⁸

Sarmiento não tinha, porém, condições militares de fazer o Império recuar nos tratados assinados com Assunção, pois a inferioridade argentina era flagrante nesse aspecto. Isso era verdade em particular no aspecto naval, pois praticamente inexistia uma Marinha de Guerra argentina. A essa inferioridade acrescentava-se o fato de que o Exército argentino estava ocupado, desde abril do ano anterior, em enfrentar um levante, em Entre Ríos, comandado por Ricardo López Jordán — cujos seguidores haviam assassinado Justo José Urquiza, em 1870 —, e a Argentina encontrava-se, ainda, isolada em relação a seus vizinhos. Os bolivianos, inquietos com as pretensões argentinas sobre o Chaco, concentravam tropas na fronteira, ao mesmo tempo que reivindicavam a área daquele território até o rio Bermejo; por sua vez, o Chile também reclamava a posse da Patagônia e ameaçava ocupá-la.²⁵⁹

A partir desse momento, o governo de Sarmiento procurou superar sua inferioridade naval e encomendou nos estaleiros ingleses a construção de oito belonaves de maior porte e uma flotilha de pequenas torpedeiras; essas embarcações, ao serem entregues, permitiram a criação de uma moderna Marinha de Guerra. No plano diplomático, Buenos Aires tratou de pôr fim a seu isolamento, reaproximando-se de seus vizinhos e, mesmo, buscando estabelecer alianças com o Peru e a Bolívia. O Império, por sua vez, também buscou fortalecer sua Marinha de Guerra com novos navios, lançando ao mar, em 1873, uma canhoneira e uma corveta, e, no ano seguinte, um encouraçado, além do que, na segunda metade da década de 1870, foram incorporados ao serviço mais dois cruzadores, embora de casco de madeira. No plano diplomático, as relações do Brasil com o Chile estreitaram-se com uma intensidade sem precedentes.²⁶⁰

Ao considerar a sua fragilidade militar, restou ao governo argentino buscar

uma saída diplomática para a situação. O presidente Sarmiento enviou seu antecessor, Bartolomé Mitre, que era admirado no Brasil, em missão especial ao Rio de Janeiro. Dessa forma, foi assinado, em junho de 1872, um acordo que restabelecia a aliança, pelo qual o Brasil se comprometia a apoiar as posições argentinas nas negociações com o Paraguai.

Como consequência desse acordo, o governo imperial enviou ao Paraguai o barão de Araguaia para colaborar com o representante argentino, novamente Bartolomé Mitre, em suas negociações de paz com o país guarani. Araguaia apenas acompanhou as negociações, que se estenderam de abril a novembro de 1873, e se absteve de exercer qualquer pressão para que o governo paraguaio atendesse às pretensões argentinas quanto à posse de todo o Chaco. Deste, os governantes paraguaios aceitavam ceder até o rio Pilcomayo, ficando sob sua soberania o restante do território, o que coincidia com a posição da diplomacia brasileira. As autoridades paraguaias eram respaldadas pelo Império nessa postura, pois o Estado guarani estava de tal forma arrasado pela guerra que não teria condições, sem esse respaldo, de resistir à demanda territorial argentina. Como resultado, Mitre não conseguiu chegar a um acordo com o governo paraguaio e retirou-se para a Argentina.²⁶⁷

Em maio de 1875, o ministro das Relações Exteriores argentino, Carlos Tejedor, o enviado do governo paraguaio, Jaime Sosa, e os representantes brasileiros, viscondes de Caravelas e do Rio Branco, se reuniram no Rio de Janeiro, em nova negociação para se chegar a um tratado de paz definitivo entre a Argentina e o Paraguai. Tejedor e Sosa chegaram a um acordo, à revelia dos representantes brasileiros, pelo qual o Chaco, acima do rio Pilcomayo, seria dividido entre o Paraguai e a Argentina; esta última ficaria também com Villa Occidental, estratégica localidade em frente de Assunção, na outra margem do rio, em troca da dívida de guerra paraguaia para com Buenos Aires. Contudo, intimidados pela presença de forças brasileiras de ocupação aquarteladas perto de Assunção, o Congresso e o presidente paraguaio, Juan Bautista Gill, não ratificaram o acordo do Rio de Janeiro, sob o argumento de que Sosa fizera concessões para as quais não recebera autorização de seu governo.²⁶⁸

Durante o ano de 1875, Gill, que chegara à presidência com o apoio do governo imperial, mostrou-se cada vez mais resistente à influência brasileira e aproximou-se da Argentina. Em fins desse ano, Felipe José Pereira Leal, que chefiava a Legação brasileira em Assunção, estimulou e apoiou uma fracassada tentativa

de golpe de Estado contra aquele presidente. Foi essa uma iniciativa pessoal do diplomata, convencido de que Gill se passara para o lado argentino, e, mais, como resultado da influência de comerciantes brasileiros e de outras nacionalidades, instalados na capital paraguaia e atingidos por cobrança de um imposto criado por Gill. O governo imperial condenou o ato de Pereira Leal e o substituiu no posto por Antônio de Araújo e Gondim, que o antecederia na chefia da representação diplomática brasileira no Paraguai e ajudara a eleger o próprio Gill.²⁵⁹ A influência do Império sobre o presidente paraguaio, porém, não foi restabelecida nos níveis de antes.

O presidente Gill executou, então, o movimento de sair da órbita de influência do Império e de buscar o respaldo da Argentina, graças à postura do governo do presidente Nicolás Avellaneda de reconhecer os desacertos de seu país nas negociações de paz com o Paraguai. A Chancelaria argentina deu garantias de apoio a Gill para que não temesse afastar-se da influência do Império.²⁶⁰ Avellaneda buscou, ao mesmo tempo, distender as relações com o Brasil.²⁶¹

Em meados de 1875, Bernardo de Irigoyen assumiu a Chancelaria argentina, convencido de que seu país deveria agir para retirar o Paraguai da órbita da influência brasileira. Para isso, devia-se obter a retirada das tropas imperiais de Assunção; solucionar a questão de limites argentino-paraguaia e "vincular" o Paraguai à Argentina.²⁶²

Em 3 de fevereiro de 1876, Irigoyen e o representante paraguaio, Facundo Machaín, assinaram em Buenos Aires os Tratados de Paz, Limites, Amizade e de Comércio e Navegação. Determinou-se o rio Paraguai como limite entre as duas Repúblicas, sendo que os territórios das Misiones e do Chaco Central foram declarados argentinos. O restante do território chaquenho foi dividido em duas porções, com a Argentina renunciando a qualquer pretensão entre Bahía Negra e o rio Verde. Já a área entre este rio e o braço principal do rio Pilcomayo, incluindo Villa Occidental, seria submetida à arbitragem do presidente dos Estados Unidos. As ilhas de Atajo e Apipé permaneceram com a Argentina e Yaceretá com o Paraguai. Decidiu-se que as forças de ocupação se retirariam do Paraguai até 3 de junho do mesmo ano. No referente à dívida de guerra, foram reconhecidos como tal os gastos do governo argentino no conflito, bem como os prejuízos causados a propriedades públicas e privadas, por ocasião da invasão de Corrientes em 1865.²⁶³

O início das negociações de paz ocorreram à revelia do governo brasileiro,

que, no entanto, foi convidado e aceitou enviar um representante. Ainda assim, os tratados assinados entre a Argentina e o Paraguai, nas palavras de Ernesto Quesada, "consagravam as soluções defendidas pela diplomacia imperial". Isso porque esses documentos estabeleceram a desocupação simultânea de tropas brasileiras e argentinas, respectivamente de Assunção e de Villa Occidental, reconheceram a dívida de guerra, e ainda encontraram solução equilibrada para a questão de limites. O próprio representante brasileiro nas negociações desses tratados, barão Aguiar de Andrada, analisou-os como a realização dos objetivos do governo imperial, embora a posse pelo Paraguai de Villa Occidental e território adjacente não se desse de imediato, sendo submetida a arbitragem.²⁶⁴ Em 1878, o laudo arbitral do presidente norte-americano Rutherford Hayes declarou paraguaia essa área litigiosa.

Em 13 de maio de 1876, deu-se início à retirada das tropas brasileiras de ocupação do Paraguai. A diplomacia imperial pressionou para que Gill escrevesse uma nota e agradecesse o serviço prestado a seu país por essa força brasileira; o chanceler Cotegepe não ficou satisfeito com a "estranha linguagem e conteúdo" do manifesto que Gill lançou quando se iniciou aquela retirada. Para o titular dos Negócios Estrangeiros, tal manifesto não era político, além de ser injusto. Essa nota não apresentava, em nenhum momento, agradecimentos aos países aliados, mas, sim, colocava a ocupação militar do Paraguai como um mal que fora necessário.²⁶⁵

As tropas brasileiras retiradas do Paraguai, num total de 1894 homens, foram aquarteladas em posições estratégicas, próximas da região do Rio da Prata, sendo a maioria no Mato Grosso. Para esta província foram enviados o 3º Regimento de Artilharia a Cavalos, o 2º Batalhão de Artilharia a Pé e o 8º Batalhão de Infantaria; para o Rio Grande do Sul seguiu o 2º Batalhão de Cavalaria Leveira, enquanto o 17º Batalhão de Infantaria foi aquartelado em Santa Catarina. Muitos comerciantes de Assunção fecharam seus negócios e se transferiram para o Mato Grosso, seguindo o grosso das tropas que se retiravam, porque a prática dessa capital caiu no marasmo, ao se ver privada das libras esterlinas que eram gastas pela Brigada de ocupação. A ausência dessa força fora vista ingenuamente por Gill como uma forma de aumentar a arrecadação fiscal, pois os produtos por ela importados eram isentos de taxas, o que dava margem a que seus fornecedores praticassem contrabando que, sob essa óptica, deixaria de existir. Tal ingenuidade foi compartilhada pelo jornal *Los Debates*, que, após a retirada das tro-

pas brasileiras, chegou a afirmar ter a economia paraguaia melhorado.²⁶⁶ Antes de ser um fato concreto, isso era um desejo, prontamente contestado pela realidade, havendo o aprofundamento da crise financeira em que o país vivia.

Atingidos os seus objetivos principais em relação ao Paraguai, a política do Império para com esse país mudou. A partir de 1876 e até o fim da monarquia em 1889, essa República vizinha deixou de ser prioritária para a diplomacia imperial, embora permanecesse importante. A menor presença brasileira no Paraguai deveu-se não só a essa realização de objetivos, como também ao agravamento da crise do regime monárquico brasileiro, que inviabilizava uma política externa para o Prata nos moldes daquela exercida no passado. Contudo, o Paraguai continuou a merecer a atenção do Rio de Janeiro, que pode ser classificada como preventiva, e visava sobretudo não a objetivos bilaterais, mas, sim, a manter-se alerta quanto a uma possível influência da Argentina que eventualmente ameaçasse a independência guarani. O governo argentino, por sua vez, não tinha nesse período uma política premeditada que visasse a absorver o vizinho paraguaio. Embora as relações com o Paraguai também continuassem importantes para Buenos Aires, também nesse caso elas deixaram de ser prioritárias. A Argentina estava com seus recursos e atenções voltados para o apoio ao desenvolvimento da economia agroexportadora e para o estreitamento das relações com os países europeus e, em particular, com a Inglaterra, maior mercado consumidor dos produtos argentinos e potência hegemônica mundial. Assim, a crise do Estado brasileiro e o sucesso da construção do Estado nacional oligárquico argentino explicam a redução da relevância dos assuntos paraguaios para ambos. O primeiro, enfraquecido, não podia manter a mesma presença do passado no país guarani e sequer tinha motivos para isso. O segundo, para quem o modelo de desenvolvimento dependente levava, necessariamente, a privilegiar as relações com o capitalismo central, deixava de conferir caráter vital ao espaço político e econômico platino.

Conclusões

A política do Império do Brasil em relação ao Paraguai buscou alcançar três objetivos. O primeiro deles foi o de obter a livre navegação do rio Paraguai, de modo a garantir a comunicação marítimo-fluvial da província de Mato Grosso com o restante do Brasil. O segundo objetivo foi o de buscar estabelecer um tratado delimitando as fronteiras com o país guarani, de modo a ratificar pelo direito internacional a expansão territorial brasileira ocorrida desde o período colonial. Por último, um objetivo permanente do Império até seu fim em 1889, foi o de procurar conter a influência argentina sobre o Paraguai, a partir da convicção de que Buenos Aires ambicionava ser o centro de um Estado que abrangesse o território do antigo vice-reino do Rio da Prata, incorporando o Paraguai.

A política brasileira para atingir esses objetivos foi implementada a partir da segunda metade da década de 1840. Nesse momento, alcançada a unidade interna e consolidado o Estado monárquico centralizado, criaram-se as condições para o Império dedicar-se a assuntos externos e, mais especificamente, ao Rio da Prata. Nessa região não interessava ao Império o surgimento de uma República grande e forte, como a ambicionada por Buenos Aires, sob a ditadura de Rosas. Essa República implicaria a nacionalização dos rios platinos, criando obstáculos à sua livre navegação, fundamental para o acesso do Rio de Janeiro à dis-

tante província do Mato Grosso, isolada por terra do restante do Brasil. Ademais, essa hipotética República poderia, aos olhos dos governantes do Império, tornar-se um pólo de atração sobre o Rio Grande do Sul e, eventualmente, estimular um movimento republicano brasileiro.

A diplomacia imperial, comandada por Paulino José Soares de Souza (visconde de Uruguai), do Partido Conservador, aplicou, a partir de 1849, uma estratégia para isolar Rosas no Prata. O governo imperial aliou-se a setores antirrosistas: a oposição interna argentina, representada pelo governador Justo José Urquiza, da província de Entre Ríos, bem como os *colorados* uruguaios. Embora o Paraguai não participasse da aliança, suas relações com o Brasil eram boas, pois a diplomacia imperial apoiava política e materialmente, pelo acesso a armas, esse país. Em decorrência daquela aliança, o *blanco* Oribe, aliado de Buenos Aires, foi derrotado no Uruguai em 1851, pondo fim à luta que travava contra os *colorados*, e, no ano seguinte, Rosas foi batido em campo de batalha, do qual participaram tropas brasileiras. Surgiram, então, dois Estados argentinos, Buenos Aires e a Confederação Argentina, que somente se unificariam em 1862.

Entre 1844 e 1852, os aspectos de convergência foram privilegiados nas relações entre o Rio de Janeiro e Assunção. Não que inexistissem motivos de disputa entre os dois países, pois o governo paraguaio não reconhecia como território brasileiro a área entre os rios Branco e Apa, como reivindicava o Império. Contudo, as relações bilaterais foram boas, afinal o Brasil foi o primeiro país a reconhecer, em 1844, a independência paraguaia, e ambos tinham Rosas como ameaça comum. As divergências se fizeram presentes quando essa ameaça deixou de existir, com a queda de Rosas em 1852, e Carlos Antonio López criou obstáculos à livre navegação do rio Paraguai por barcos brasileiros, condicionando-a à delimitação dos limites entre os dois países no rio Branco. Ameaçado pelo Império de uma guerra para a qual ainda não estava preparado, o governo paraguaio assinou, em 1856, um tratado que garantia a livre navegação, e pôs termo por seis anos a discussão das fronteiras.

Em 1862, morreu Carlos Antonio López, e seu filho mais velho, Francisco Solano López, ascendeu à presidência da República. A política isolacionista paraguaia até 1840, sob o governo de José Gaspar de Francia, contribuíra para manter a independência do país em relação a Buenos Aires e permitira ao Estado acumular riquezas na forma de produtos agrícolas e terras. Carlos Antonio López, por sua vez, colocou o aparelho estatal a serviço da nascente burguesia ru-

ral e restabeleceu os contatos de seu país com o exterior, importando da Europa, em especial da Inglaterra, maquinaria e técnicos, que promoveriam uma modernização voltada sobretudo para o fortalecimento militar do Paraguai.¹ A continuidade dessa modernização, porém, exigia a integração do país no comércio mundial e resultou na alteração da política externa paraguaia, já sob a presidência de Solano López, no sentido de ter uma maior presença no Prata, de modo a obter um porto marítimo, o de Montevideú.

Também no ano de 1862 ocorreu um outro acontecimento de capital importância para o quadro platino: o surgimento da República Argentina. A burguesia mercantil de Buenos Aires, representada na figura de Bartolomé Mitre, conseguiu, então, criar um Estado centralizado, embora este fosse motivo de contestação até a década seguinte, por parte de oligarquias regionais, em especial de Entre Ríos e Corrientes. As duas províncias resistiam a se submeter a Buenos Aires e a aceitar que a renda gerada pela alfândega desta, passagem obrigatória do comércio exterior argentino, fosse apropriada apenas pela capital, em lugar de ser nacionalizada.

A vitória de Mitre sobre os federalistas das províncias argentinas causou apreensão nos países vizinhos menores. O Paraguai temia ser vítima do expansionismo do governo da República Argentina, o qual, no Uruguai, passou a apoiar, ainda que não abertamente, a rebelião armada da oposição *colorada* contra os governantes *blancos*. Estes obtiveram a simpatia do governo paraguaio, do qual se aproximaram para obter respaldo para tirar o Uruguai da situação de dependência de seus dois poderosos vizinhos, e de setores internos argentinos que se opunham ao presidente Mitre. Essa situação levou à aproximação de Solano López com o caudilho Urquiza, governador de Entre Ríos e o mais importante questionador das características centralizadoras assumidas pelo governo nacional argentino. Solano López, ao vincular-se aos opositores de Buenos Aires, tornou-se uma ameaça à consolidação do Estado nacional argentino.

No Uruguai, cruzavam-se os interesses dos governos argentino, brasileiro e paraguaio. Perante a tentativa de Montevideú de estabelecer uma aliança com Assunção, o presidente Mitre reagiu e buscou compor-se com o Brasil. Favoreciam esse projeto a convergência ideológica dos governos argentino e brasileiro, exercidos por liberais, e a existência, pela primeira vez, de interesses concretos comuns, pois ambos não viam com bons olhos os *blancos* e tinham questões de fronteiras a tratar com o Paraguai. Mitre planejava acabar com a bipolariza-

ção histórica Buenos Aires — Rio de Janeiro, substituindo-a por um eixo de cooperação.² Solano López, por sua vez, ambicionava introduzir seu país como mais um pólo regional e constituir, assim, um equilíbrio triangular de forças.

Os liberais brasileiros, por sua vez, ao ascenderem ao poder em 1862, após longo tempo na oposição, não tinham pronta uma política para o Rio da Prata. A ação da diplomacia brasileira na área ocorreu, então, de forma reativa, respondendo a questões de momento. A primeira ação decorreu do fato de os pechuaristas gaúchos com terras no Uruguai passarem a hostilizar o governo desse país, que pretendia submetê-los às leis locais. Eles pressionaram os governantes imperiais a se manifestarem contra as autoridades constituídas da República Oriental. Em compensação, essa ação interessava ao gabinete liberal, que esperava, com uma medida de força no Prata, resgatar a imagem de impotência perante a opinião pública brasileira, por não ter reagido militarmente, ainda que desprovido de condições, à humilhação imposta pelo bloqueio britânico do porto da capital brasileira em dezembro de 1862. Enquanto o Império agia a reboque dos acontecimentos, Bartolomé Mitre e Solano López usavam os acontecimentos para implementar uma calculada política externa.

Para viabilizar a intervenção no Uruguai, a diplomacia imperial obteve o beneplácito do governo argentino. Ao promover a entrada de tropas brasileiras no Estado oriental em setembro de 1864, o governo imperial não esperava que o ato gerasse reação contrária significativa. Contudo, Solano López reagiu invadingo o Mato Grosso, em dezembro de 1864, e Corrientes, na Argentina, em abril de 1865. Essas invasões levaram à constituição, em 1^o de maio desse ano, da Tríplice Aliança, composta pela Argentina, Brasil e Uruguai, para enfrentar o Paraguai de Francisco Solano López.

O Tratado da Tríplice Aliança teve seus termos duramente criticados, no Rio de Janeiro, pelo Partido Conservador, que fazia oposição ao Liberal no poder. Os conservadores tinham sido os artífices da política de isolamento de Buenos Aires no Prata e de apoio às independências uruguaia e paraguaia, de modo a evitar a formação de um grande Estado republicano ao sul, que rivalizasse em poder com o Império do Brasil. As críticas conservadoras dirigiram-se especialmente ao reconhecimento — como argentino —, pelo Tratado da Tríplice Aliança, do território do Chaco, até então de soberania paraguaia, até ele fazer fronteira com o Mato Grosso, à altura da Baía Negra. A oposição conservadora apontou como desaconselhável o aumento da extensão das fronteiras brasilei-

ro-argentinas e indicou, ainda, que a independência paraguaia estaria ameaçada, pois o país guarani ficaria cercado a leste e a oeste por território argentino, numa espécie de abraço apertado. O Partido Conservador retornou ao poder em 1868, ano em que, na Argentina, Domingo Faustino Sarmiento assumiu a presidência, o qual discordava da política mitrista de cooperação com o Brasil. Essa coincidência inviabilizou que o Tratado da Tríplice Aliança levasse os dois países a substituir a rivalidade pela parceria.

Entre dezembro de 1864 e meados de setembro de 1865, o Paraguai esteve na ofensiva militar. Solano López planejou uma guerra-relâmpago, acreditando que seu Exército, ao entrar em Corrientes, seria visto como libertador pela oposição federalista argentina, que a ele se juntaria na marcha para o sul, a fim de derrubar o governo Mitre. A invasão do Rio Grande do Sul, por sua vez, permitiria à coluna paraguaia chegar ao Uruguai, onde, segundo os planos, receberia a adesão dos *blancos* e se uniria às tropas invasoras vindas de Corrientes. Constituir-se-ia, assim, um Exército paraguaio três vezes mais poderoso, no mínimo, do que as forças brasileiras no Uruguai, e que as derrotaria obrigando o Império a assinar a paz. Haveria, nesse caso, novo equilíbrio de poder no Prata: o Paraguai seria colocado no mesmo *status* do Brasil na região, e o território litigioso entre os rios Apa e Branco seria definido como paraguaio; o governo de Bartolomé Mitre seria inviabilizado e os limites entre os dois países seria determinado de acordo com os critérios de Assunção e, por último, estaria garantido um porto marítimo para o comércio exterior paraguaio, Montevideu, ao se manterem os *blancos* no poder no Uruguai.

Era um plano arriscado, mas, durante toda a guerra, Solano López ordenou operações militares de alto risco, em cuja decisão predominava não o raciocínio militar, mas, sim, o voluntarismo. Essa era uma característica da personalidade de Solano López, que desprezava a capacidade de combate dos aliados e apostava na ousadia e no fator surpresa para superar as vulnerabilidades dos planos de ataque às forças inimigas. Ele atuava antes como um jogador malsucedido, pois foi derrotado em todas as operações que ordenou, do que como comandante militar. Uma feliz síntese de sua atuação é a de que:

Todo o talento militar de López consistia em tentar ações ineficazes, estimulando triunfos que não eram decisivos e, em seguida, recuar para trás dos grandes obstáculos naturais e artificiais de seu país.³

A incompetência militar de Solano López, porém, foi camuflada pela demora dos aliados em concluir a guerra.

A "guerra-relâmpago" planejada por Solano López fracassou, pois os federais argentinos não se uniram ao Exército invasor, cujo comandante, general Róbles, inexperiente no comando de operações militares, vacilou em avançar rapidamente para o sul, ao ter gastado parte de seu tempo em embebedar-se. O chefe da coluna invasora do Rio Grande do Sul, coronel Estigarribia, em desobediência às instruções de não entrar em vilas, ocupou e permaneceu em Uruguaiana, onde foi cercado e obrigado a render-se em 18 de setembro de 1865. Três meses antes dessa derrota, ocorreu outra, na batalha naval de Riachuelo, em 11 de junho, quando a esquadra brasileira dominou um ataque da Marinha inimiga, o que permitiu consolidar o bloqueio naval do Paraguai, isolando-o do restante do mundo. Até essas duas derrotas paraguaias, havia um quadro de possibilidades para o desenrolar da guerra, mas, depois delas, era certa a impossibilidade de Solano López concluir o conflito por meio da vitória militar.

A guerra inverteu seu sentido, e as tropas aliadas, com dificuldades logísticas de toda ordem, marcharam, do Rio Grande do Sul e de Concórdia, em direção a Corrientes. Não foi necessário, porém, expulsar os invasores, pois Solano López ordenou o retorno de seus soldados ao Paraguai, evacuação concluída no início de novembro de 1865. Os aliados, sob o comando do presidente argentino Bartolomé Mitre, invadiram o Paraguai em abril de 1866, pelo Passo da Pátria. O objetivo era atacar a fortaleza de Humaitá, localizada a vinte quilômetros do ponto de desembarque. Essa fortificação era o centro do sistema defensivo paraguaio e controlava a navegação do rio Paraguai; sua tomada possibilitaria à esquadra brasileira subir por essa via fluvial até Assunção, criando as condições para sua ocupação por tropas aliadas. Pela lógica militar da época, conquistada a capital inimiga, a guerra estaria terminada.

O Exército aliado não dispunha, porém, de conhecimento do território inimigo, pois inexistiam mapas sobre o Paraguai. As décadas de isolamento do país tornaram-no uma espécie de esfinge: desconheciam-se o seu interior, o número real de seus habitantes e os recursos militares de que dispunha. Ao desembarcar no Passo da Pátria, a força aliada encontrou um terreno pantanoso, cortado por riachos e lagoas, com vegetação densa que dificultava aos invasores descobrir os poucos caminhos secos por onde poderiam avançar. Era um ambiente favorável à ação defensiva e, entre Passo da Pátria, Humaitá e a confluência dos rios Pará-

ná e Paraguai, Solano López construiu uma eficiente linha defensiva que impediu o avanço aliado, levando a uma guerra de posições até 1867. Nesse período, o Exército que esteve na defensiva levou vantagem sobre aquele que desencadeou o ataque: os paraguaios foram derrotados quando atacaram Tuiuti e os aliados tiveram o mesmo destino, ao se lançarem sobre Curupaítí. Era uma nova realidade militar para os dois lados, pois, até então, as guerras eram rápidas, de movimento, com uso predominante de cavalaria e artilharia em batalhas cam-pais decisivas. A Guerra Civil norte-americana (1860-5) iniciou a mudança na forma de guerrear, pois foi longa, exigiu a mobilização de vastos recursos de toda a sociedade, e se tornou, portanto, uma "guerra total". O conflito entre a Tríplice Aliança e o Paraguai foi a segunda "guerra total" e seus chefes militares não tiveram tempo e condições intelectuais de incorporar lições do conflito norte-americano, o que os obrigou a improvisar novas táticas e soluções no próprio campo de batalha.

No início de 1868, Bartolomé Mitre retirou-se para Buenos Aires para reassumir a presidência argentina, e foi substituído no comando-em-chefe pelo mar-quês de Caxias, comandante das forças brasileiras no Paraguai desde fins de 1866. Poucos meses depois, a função de comandante-em-chefe deixou de existir, em virtude de divergências e desconfianças entre o aliado brasileiro e o argentino. Com recursos bélicos suficientes, mas não os necessários para um ataque frontal decisivo, e sofrendo a cobrança da opinião pública brasileira, que se impaciava por ações que terminassem a guerra, Caxias cercou totalmente Humaitá por terra. O governo imperial fez com que a esquadra, contra a vontade de seus chefes, temerosos de sua destruição, ultrapassasse essa fortaleza. Mesmo cercada por terra e água, Humaitá foi evacuada pelos paraguaios, em uma operação brilhante, pois não foi detectada pelos navios brasileiros. A ocupação dessa posição pelos aliados pôs fim a uma fase da guerra em que, durante quase dois anos, os invasores ficaram imobilizados.

Após a queda de Humaitá, Solano López, mesmo mal-informado e subestimando o inimigo (desprezava os brasileiros, chamando-os de macacos), não poderia ter outra percepção a não ser a da impossibilidade de conseguir uma paz vantajosa para si. Ainda assim, persistiu na guerra, nela vítima os próprios civis paraguaios, ao estabelecer a prática de terra arrasada, e esvaziou territórios, sob ameaça aliada, de todos os recursos humanos e materiais que poderiam vir a ter utilidade para o inimigo. A população paraguaia sofreu grande mortan-

dade, ao ser obrigada a se deslocar pelo interior do país sem receber transporte, comida e abrigo.

Do lado aliado, por sua vez, ocupar Humaitá não significou o fim da guerra. Caxias, pragmático, acreditou ser o momento de se fazer a paz, para poupar vidas aliadas e recursos financeiros do Brasil, e a propôs ao governo imperial. No Brasil, por essa época, a idéia de uma paz com Solano López era aceita por muitos, inclusive por integrantes do novo governo conservador. Dom Pedro II, porém, rejeitou a proposta e persistiu na posição de que só a derrota de Solano López, com sua prisão e expulsão do Paraguai, garantia, verdadeiramente, a paz futura. O historiador que, pelo estudo das fontes primárias, chegou a ter alguma familiaridade com a personalidade do ditador paraguaio não pode negar que havia lógica no raciocínio do imperador.

Houve tentativas de intermediar negociações de paz, feitas, isoladamente, pelos Estados Unidos, pelo diplomata britânico Gould e pelas Repúblicas sul-americanas da costa do Pacífico. Todas foram recusadas pelo governo imperial, pois fazer a paz com Solano López significaria para o Brasil ficar dependente de um governo paraguaio fortalecido, para manter aberta a navegação do rio Paraguai a navios brasileiros que rumassem para o Mato Grosso, aumentando a vulnerabilidade dessa província. Essa paz, ademais, poderia levar outras Repúblicas a verem no uso da força um instrumento viável em caso de desavenças com o Império. Na verdade, após tantos sacrifícios feitos pela população brasileira, que, desde 1866, se mostrava descontente com os rumos do conflito, não vencer o ditador paraguaio seria uma derrota. A paz negociada, sem vitória, teria consequências imprevisíveis na situação política brasileira e talvez compromettesse a própria estabilidade do regime monárquico.

Ao ser afastada por Pedro II a idéia de paz sem a deposição de Solano López, restou a Caxias, cada vez mais desiludido com a guerra e com a baixa combatividade das tropas brasileiras, marchar em perseguição ao ditador paraguaio. Para isso, elaborou uma eficiente estratégia no sentido de economizar vidas: cruzar o rio Paraguai e marchar com o Exército brasileiro sobre um improvisado caminho que mandou abrir no terreno pantanoso do Chaco, construído com troncos de palmeiras, e que não evitava, em alguns trechos, que a tropa tivesse água pela cintura. Desse modo, Caxias pôde, em dezembro de 1868, atacar pela retaguarda o inimigo entrincheirado em Lomas Valentinas.

Nas três grandes batalhas desse mês — Irororó, Avai e Lomas Valentinas —,

o Exército brasileiro sofreu milhares de perdas e Caxias teve que se colocar à frente de suas tropas para evitar que dessem as costas ao inimigo e fugissem. A dificuldade em tomar Lomas Valentinas, reduto de Solano López, levou Caxias a incorporar ao ataque a força de reserva, composta pela tropa argentina e uma brigada brasileira, além dos remanescentes uruguaios. Os aliados destruíram o Exército paraguaio e abriram o caminho para ocupar Assunção. Solano López, porém, conseguiu escapar, em um dos acontecimentos mais obscuros da guerra, para o qual há a hipótese de ter resultado de um acordo secreto com Caxias, em que o ditador teria se comprometido a se retirar do Paraguai. O fato é que, tendo escapado ao cerco aliado, Solano López reorganizou os soldados sobreviventes, incorporou crianças (os adolescentes já o tinham sido) e velhos, e improvisou um Exército que lhe permitiu prolongar a resistência por mais um ano, ao fugir pelo interior do país, por regiões cobertas de bosques e com escassos caminhos, o que dificultava sua perseguição pelas forças brasileiras.

Em 1^o de janeiro de 1869, Assunção, deserta, foi ocupada e saqueada pelas tropas brasileiras. Nesse mesmo mês, Caxias, exaurido física e psicologicamente, declarou a guerra terminada e, sem esperar instruções superiores, retirou-se do Paraguai, atitude que foi imitada, em fevereiro, pelas cúpulas do Exército e da Marinha. Essa retirada, acrescida do cansaço na tropa brasileira após quatro anos de guerra em ambiente físico hostil — calor escaldante no verão; frio intenso no inverno; terrenos alagados, coalhados de animais peçonhentos —, levou à imobilização militar aliada até abril de 1869. Não fossem o desânimo e a desorganização do Exército brasileiro no Paraguai, em grande parte decorrentes da retirada de Caxias, provavelmente a guerra não teria se estendido por muito tempo mais.

Foi difícil ao governo imperial nomear um novo comandante para o Exército no Paraguai. Os generais mais graduados, que poderiam ocupar essa função, pertenciam, quer ao Partido Liberal, quer ao Conservador, o que impossibilitava a nomeação de qualquer um deles, devido à tensa situação no quadro político brasileiro. Era comum a partidização dos oficiais do Exército imperial, fato que prejudicou o desempenho brasileiro na guerra. Como alternativa a esse impasse, Pedro II nomeou seu genro, o conde d'Eu, para o comando no Paraguai. O príncipe consorte resistiu o quanto pôde, com o apoio da princesa Isabel, a assumir essa função, mas pressionado pelo imperador se viu forçado a marchar para a guerra.

Em abril de 1869, o conde d'Eu assumiu o comando no Paraguai. Sua presença infundiu ânimo na tropa brasileira e levou os aliados a retomarem as operações militares. Contava o príncipe com o apoio de José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco, e do general Osório. Paranhos era ministro dos Negócios Estrangeiros e encontrava-se em missão no Paraguai, enquanto Osório, que fora gravemente ferido no combate de Avaí e se retirara para o Rio Grande do Sul, cedeu a um insistente pedido do conde para que retornasse à guerra, pois era o general mais popular não apenas entre os soldados brasileiros, mas também entre os argentinos e os uruguaios. A partir de agosto, d'Eu caiu em depressão e somente não abandonou seu posto devido a ordens taxativas de Pedro II para que nele permanecesse e, ainda, à habilidade de Paranhos e ao dinamismo de alguns chefes militares brasileiros. Entre estes destacava-se o general Câmara (mais tarde visconde de Pelotas), que, em 1º de março de 1870, alcançou e matou Solano López.

Apesar da superioridade militar, econômica e demográfica dos países aliados, a guerra estendeu-se de 1865 a 1870. Um conjunto de fatores explica essa duração: os desentendimentos no comando aliado, a pouca iniciativa por parte dos chefes militares brasileiros, a falta de conhecimento geográfico sobre o Paraguai, o clima hostil, a bravura dos soldados paraguaios e a crescente perda de combatividade da tropa aliada. Ademais, ao serem atacados pelo Paraguai, tanto a Argentina quanto o Império não dispunham de Exércitos organizados nas dimensões exigidas para reagir rapidamente e vencer o agressor e tampouco armar o adequado para isso. A Marinha imperial, por exemplo, possuía navios preparados para operações marítimas, mas não para as fluviais, como as que deveria desenvolver nos rios Paraná e Paraguai. Contudo, esses problemas estavam minimizados em 1866, quando também Solano López perdeu os melhores homens de seu Exército, em virtude da derrota, em maio, na batalha de Tuiuti. Nesse momento, o Paraguai já não dispunha de Marinha que merecesse esse nome, pois grande parte de seus navios fora perdida no combate de Riachuelo. O Exército aliado poderia, portanto, ter tomado alguma iniciativa militar relevante, mas permaneceu praticamente imobilizado diante de Humaitá. Para essa inércia contribuiu, significativamente, a resistência do comandante da esquadra, Tamandaré, e de seu sucessor, Joaquim José Ignacio, futuro visconde de Inhaúma, a utilizar a superioridade naval brasileira em operações que implicavam sem risco para seus navios, com a finalidade de apoiar ações terrestres aliadas.

Os chefes navais brasileiros resistiram a executar o plano de Mitre de cercar Humaitá por terra e isolá-la totalmente. Pelo plano, a esquadra devia forçar a ultrapassagem da fortaleza, sob inevitável duelo de artilharia, até encontrar-se com as tropas aliadas rio acima. Tamandaré e, em seguida, Inhaúma suspeitavam de que Mitre buscava causar a destruição da esquadra pelos canhões de Humaitá e assim enfraquecer a Marinha imperial, instrumento de poder do Império no Prata, de modo a deixar a Argentina em posição militar vantajosa no pós-guerra. Além dessa desconfiança, também contribuía para não se utilizar todo o potencial da esquadra o fato de seu comando superior ser composto de oficiais veteranos, leais ao Estado monárquico, mas acomodados a tarefas burocráticas, inadaptados à nova tecnologia naval e às condições da guerra contra o Paraguai. Eram incompetentes para chefiar os modernos navios, que haviam incorporado os últimos avanços tecnológicos da época, e para aplicar novas táticas, visando à ação coordenada com o Exército aliado.

Na análise das decisões dos chefes militares, aliados e paraguaios, na guerra é conveniente repetir a seguinte observação de Dionísio Cerqueira:

A crítica, porém, aos grandes mestres é sempre fácil. A arte da guerra é aquela em que mais erros se comete. Os maiores capitães cochilaram, como o divino Homero. A guerra, na frase de um ilustre oficial francês, é uma série de erros e vence o que menos erra.⁴

O lado aliado errou menos, embora tenha errado muito.

Terminada a guerra, a política do governo imperial, sob o controle do Partido Conservador, foi a de reafirmar a existência do Paraguai como Estado independente e, ao mesmo tempo, evitar que a Argentina se apossasse de todo o Chaco, como lhe fora facultado pelo Tratado da Tríplice Aliança. O presidente Sarmiento, por sua vez, desconfiando de intenções expansionistas por parte do Império sobre o Paraguai, não defendeu que os limites deste com seu país e com o Brasil fossem resultado da aplicação pura e simples dos termos desse Tratado. Ao contrário, o governo argentino surgiu com a política de que a vitória militar não concedia aos vencedores direitos sobre o vencido quanto à definição de fronteiras. A diplomacia imperial fez uso desse argumento e aproveitou-se da ocupação militar brasileira do país vencido para tutelar seus governantes, de modo a impedir que todo o Chaco se tornasse argentino. Ao mesmo tempo, o impé-

rio assinou, em 1872, tratado de paz separadamente com o Paraguai, pelo qual definia a fronteira comum, que alcançava o rio Apa, como o Brasil pleiteava antes da guerra. Esse tratado ia contra o Tratado da Tríplice Aliança, que proibia a qualquer aliado assinar isoladamente a paz com o país guarani.

Assistia-se a um vencedor, o Brasil, aliar-se com o vencido para impedir a concessão do Chaco a outro aliado, a Argentina. Esta, porém, estava em posição desfavorável no plano militar e no político para reagir e lhe restava o uso da diplomacia para tentar obter, do Brasil, o reconhecimento de continuar a vigiar o Tratado da Tríplice Aliança, que ratificasse as demandas territoriais argentinas em relação ao Paraguai. Esse foi o sentido da missão de Bartolomé Mitre, representando o governo Sarmiento, à capital brasileira, em 1872, mas que se revelou infrutífera, pois quando ele se dirigiu a Assunção, no ano seguinte, não recebeu o apoio do negociador imperial, barão de Araguaia. A diplomacia argentina buscou, então, obter um acordo de paz e limites com o Paraguai à revelia do Império, e, em 1875, foi assinado o Tratado Sosa-Tejedor, que, devido à pressão brasileira, não foi ratificado pelo governo paraguaio. Apenas em 1876 as duas Repúblicas assinaram aqueles acordos, quando a hegemonia do Brasil no Prata estava enfraquecida, e impedia, como ocorrera anteriormente, uma influência brasileira decisiva sobre as negociações. Mesmo assim, o resultado do Tratado argentino-paraguaio satisfiz ao Rio de Janeiro, pois foi ratificada a independência paraguaia e a Argentina não se apossou de todo o Chaco. A definição da fronteira entre os dois países nesse território ficou na dependência de laudo arbitral do presidente norte-americano, o qual, em 1878, decidiu favoravelmente ao Paraguai. Tal qual a diplomacia imperial desejava, o rio Pilcomayo tornou-se o limite fronteiro entre a Argentina e o Paraguai.

Entre 1869 e 1876, o governo imperial, sob o controle dos conservadores, foi bem-sucedido no desafio que estes lançaram, por meio do Conselho de Estado, em 1865, quando se discutiu o Tratado da Tríplice Aliança, já assinado e ratificado. Apontaram eles, então, que a concessão, a Buenos Aires, do Chaco, até a Bahía Negra, colocava em risco a continuidade do Paraguai como Estado independente e, ainda, ampliava a fronteira entre o Império e seu inimigo em potencial, a Argentina. Apesar da destruição causada pela guerra, da falta de recursos na construção da nova estrutura governamental, moldada nos padrões do liberalismo, e da ascendência econômica argentina, o Paraguai manteve sua existência própria, satisfazendo ao objetivo maior da diplomacia imperial em re-

lação a esse país. O Rio de Janeiro viu, ainda, suas demandas territoriais serem satisfeitas por Assunção, enquanto frustrou as da Argentina, a qual teve que se contentar com o Chaco Central, como indicara o referido Conselho de Estado uma década antes.

Para o Paraguai, a guerra contra a Tríplice Aliança levou à destruição do Estado existente e à perda de territórios disputados com seus vizinhos. A derrota teve o significado de causar "a ruptura definitiva de um modelo de crescimento econômico que significava, à época, as bases para uma formidável expansão capitalista em todo o sistema [produtivo] nacional". A reorganização do país leva varia décadas e, em termos comparativos com os Estados vizinhos, o Paraguai não conseguiu alcançar o mesmo nível de desenvolvimento econômico de antes da guerra. A destruição da economia paraguaia foi de tal monta que o país recebeu apenas de forma mediatizada o impacto que teve, na consolidação das economias agroexportadoras da Argentina e do Uruguai, a introdução de fatores produtivos, como a imigração européia e os capitais estrangeiros.⁷

As estatísticas sobre as perdas paraguaias na guerra variam entre 8,7% e 69% da população. Também são divergentes os cálculos sobre o número de habitantes do Paraguai no pré-guerra, que, segundo estudos recentes, variaria entre 285.715 e 450 mil pessoas. Portanto, seria entre 28.286, no mínimo, e 278.649, no máximo, a redução da população paraguaia durante os cinco anos de guerra. Não há dúvidas, porém, de que a maior parte dos mortos não o foi em combate, mas, sim, devido a doenças, fome e exaustão física. Em contrapartida, uma parcela desses desaparecidos era composta de paraguaios que viviam em territórios que foram reconhecidos como soberania da Argentina e do Brasil ou, ainda, que emigraram para esses dois países no pós-guerra para fugir da situação de miséria em que o Paraguai se encontrava.

O Brasil enviou para a guerra cerca de 139 mil homens, dos quais uns 50 mil morreram. Destes, a maior parte não pereceu em combate, mas, sim, devido a doenças e aos rigores do clima. Entre os aliados, o Uruguai enviou por volta de 5500 soldados, dos quais, no final da guerra, restavam uns quinhentos; os demais morreram em combate, de doenças, ou desertaram. As tropas argentinas sofreram perdas em torno de 18 mil homens, entre mortos e feridos, dos pouco menos de 30 mil soldados que a Argentina enviou ao Paraguai.⁸

Para o Império do Brasil, a Guerra do Paraguai expôs sua fragilidade militar, em grande parte estrutural, devido ao regime escravocrata. O Império foi

capaz, porém, de superar essa fragilidade, de mobilizar todos os seus recursos e de atingir o apogeu de seu poder no Prata. Saiu vitorioso militarmente e fortaleceu, nessa região, sua hegemonia, que se iniciou na década de 1850 e se prolongou até 1875. No plano interno, o conflito foi o ponto de inflexão que deu início à marcha descendente da monarquia brasileira. Os gastos com cinco anos de guerra exauriram o Tesouro brasileiro e o equilíbrio orçamentário do Império não foi recuperado. O Exército, por sua vez, saiu do conflito com um sentimento de identidade desconhecido anteriormente, forjado com sangue nos campos de batalha. Após o final da guerra, foi crescente a dissociação entre o Exército e a monarquia a ponto de, em 1889, ele ser o instrumento dos republicanos para dar o golpe de Estado que depôs Pedro II e criou a República brasileira.

Para o Uruguai, as repercussões da guerra foram menores, apesar de a situação nesse país ter sido o elemento catalisador das contradições que levaram ao conflito. Na Argentina, o descontentamento do interior com a guerra e a aliança com o Império contribuíram para diferentes rebeliões federalistas contra o governo nacional, que conseguiu reprimi-las, fortalecendo-se e legitimando-se. No plano econômico, os criadores de gado, os que cultivavam cereais e os comerciantes de Buenos Aires se beneficiaram com as compras do Império, para abastecer suas tropas no Paraguai. O Estado argentino endividou-se com a guerra, mas as economias das províncias próximas do teatro de operações foram beneficiadas, ao contrário do Brasil, onde o governo ficou endividado sem que o conflito tivesse estimulado a atividade econômica do setor privado. A guerra contribuiu para a consolidação do Estado nacional centralizado na Argentina e para a dinamização de sua economia, enquanto, em relação ao Brasil, serviu para acelerar as contradições internas do Estado monárquico e constituiu-se em obstáculo para o crescimento econômico.

No plano regional, o conflito significou a possibilidade de alterar o quadro das relações platinas. Os liberais argentinos e brasileiros, no poder em seus respectivos países entre 1862 e 1868, não viam, por ocasião do início da luta, o Tratado da Tríplice Aliança esgotar-se em si mesmo com a vitória sobre o Paraguai. Principalmente os liberais ligados a Mitre pensavam em redirecionar as relações argentino-brasileiras, substituindo a disputa, que trazia atritos e instabilidade no Prata, pela cooperação, instrumento gerador da estabilidade e garantidor da paz na região. Tratava-se de projeto de uma verdadeira aliança estratégica argentino-brasileira, de uma "aliança perpétua" nas palavras do ministro das Relações

Exteriores da Argentina, Rufino de Elizalde, que "baseada na justiça e na razão [...] será abençoada por nossos filhos".

Tanto na Argentina quanto no Brasil, essa aliança estratégica foi encampada por setores políticos minoritários, mas se desgastou aceleradamente a partir do desaparecimento de Solano López, inimigo comum. Desde 1868, os críticos dessa aliança ascenderam ao poder, tanto em Buenos Aires como no Rio de Janeiro, e projetaram no outro aliado objetivos contrários à soberania do Paraguai: para a Argentina, o Império queria ter o país guarani como protetorado; para o Brasil, o governo Sarmiento planejava promover a incorporação do Paraguai. Essa projeção de intenções resultava, em parte, do peso das desconfiadas históricas entre as duas partes, que tinham suas raízes no período colonial. Reforçadas no início da vida independente de ambos os países, as desconfiadas persistiram devido às divergências entre chefes militares argentinos e brasileiros durante a Guerra do Paraguai. A política externa argentina e a brasileira, em uma dinâmica realimentadora entre a imagem que projetavam sobre as intenções da outra, e a realidade, em boa parte resultante dessa projeção, rivalizaram-se para impor sua influência na reconstrução institucional e na definição territorial do Paraguai no pós-guerra. Historicamente precoce, a cooperação estratégica planejada por Mitre constituiu-se, de todo modo, em um precedente, a esperar um momento histórico mais favorável para sua realização.